

Este livro corresponde praticamente na íntegra à tese de doutoramento de Maria Luísa Cabral e é fruto de uma investigação meticulosa da autora, que conseguiu estabelecer uma relação estreita entre a sua longa experiência profissional na área da biblioteconomia com as exigências de um trabalho científico deste nível. Em boa hora, surge agora este trabalho com objetivos mais abrangentes e preenchendo uma lacuna que se sente no meio académico, a falta de estudos sobre a História das nossas bibliotecas patrimoniais. Neste caso, é ainda mais relevante dado que o tema central em análise é a Biblioteca Nacional de Portugal, nascida com o nome de Real Biblioteca Pública da Corte. O trabalho está estruturado em duas partes, seguidas de uma conclusão e anexos onde se reúnem importantes fontes utilizadas, nomeadamente, a epistolografia em torno da criação da Real Biblioteca Pública.

A PRIMEIRA PARTE, «UM OLHAR SOBRE AS BIBLIOTECAS E ACADÉMIAS», fornece ao leitor o indispensável contexto bibliotecológico, recorrendo às descrições de viajantes estrangeiros e seu testemunho, aos relatos de viajantes nacionais sobre bibliotecas estrangeiras e dando um quadro das bibliotecas mais representativas que o país tinha em meados de Setecentos. O texto de Luísa Cabral demonstra bem a importância que no contexto das Luzes as viagens tinham para os intelectuais europeus, quer como complemento de instrução, quer como fonte para renovar as ideias e despertar o espírito crítico. No caso da biblioteconomia, por exemplo, desde o início de Setecentos que os guias aconselhavam a visitar as mais importantes bibliotecas, aos muitos visitantes que começavam a demandar a Itália: a Vaticana em Roma, a Ambrosiana em Milão e a Laurentiana em Florença e a Marciana em Veneza (ЧАРРОН 2004, *cit. vaz* 2012: 6).

No caso português, entre os testemunhos reunidos, destaca-se o estudo de Adrien Balbi, cuja obra, *Essai statistique sur le Royaume de Portugal et d'Algarve*, Paris, 1822, fruto da viagem que fez por Portugal, é considerada uma fonte obrigatória sobre o estado das nossas principais bibliotecas patrimoniais no início do século XIX. De facto, os dados estatísticos e outras informações que o italiano reúne e sistematiza no seu ensaio são indispensáveis para compreendermos a evolução do nosso património bibliográfico e, como constata Luísa Cabral, para documentar a grande evolução que a Real Biblioteca Pública fez desde a sua fundação até 1822, ano em que já era a primeira biblioteca do país a nível de coleção bibliográfica e, naturalmente, de acesso público. Importa reter ainda no testemunho de Balbi o facto de nos permitir comprovar que algumas bibliotecas conventuais eram, no início de Oitocentos, públicas, nomeadamente, a Biblioteca do Convento de Nossa Senhora de Jesus, que era a segunda biblioteca de Lisboa.

Nos testemunhos e relatos de viajantes nacionais ao estrangeiro e a bibliotecas estrangeiras, a autora destaca, e bem, a importância da viagem que Cenáculo realizou a Roma em 1750 que constituiu, nas palavras do próprio Cenáculo, um marco importante para a sua formação e em especial para ver bibliotecas europeias e cujo testemunho não resistimos também a transcrever:

As famosas Bibliotecas, que se presentearam à nossa curiosidade nas Cidades eruditas da nossa passagem, levantavam milhares de ideias, que se começaram a produzir, e como o tempo ia permitindo. Dava-se lugar, entre livros que pouco mais se haveriam de ler, a obras de novo gosto (CENÁCULO 1776-1794: 200).

O testemunho não deixa dúvidas: a comitiva visitou nas cidades por onde passou algumas bibliotecas, que para o jovem franciscano se renovavam com livros de «novo gosto», ou seja, tinham atualizado as suas coleções e ofereciam aos leitores o que a ciência e arte do tempo produziam. Tal como Luísa Cabral nos diz, e pondo um ponto final em alguma problemática sobre o texto que descreve a viagem, o autor do *Diário da Jornada a Roma* foi o mestre de frei Manuel do Cenáculo, frei Joaquim de S. José. O texto manuscrito, contudo, não especifica as visitas que a comitiva fez a bibliotecas ou outras instituições, insistindo mais em pormenores devocionais, como a visita a locais de culto, as relíquias e outros do género. Mas com certeza Manuel do Cenáculo e restante comitiva aproveitaram a estada em Roma para visitar a Biblioteca Vaticana, a mais importante biblioteca do mundo católico, quer pela sua coleção, quer pela ornamentação e que tinha aumentado imenso a coleção no século XVII, com a integração de fundos provenientes de bibliotecas de nobres e príncipes, nomeadamente, as ricas bibliotecas dos duques de Urbino (1657) e da rainha Cristina da Suécia (1690), e no século XVIII tinha criado um departamento de numismática (*medaglieri*) que foi inaugurado em 1738.

O olhar sobre as bibliotecas e academias portuguesas de meados de setecentos, permite estabelecer uma continuidade, entre os projetos bibliotecnómicos de D. João V e a fundação da Real Biblioteca Pública. Essa continuidade está, a nosso ver, precisamente no projeto político e cultural que, de acordo com os parâmetros do absolutismo, desde o reinado do Magalhães se preocupa em encerrar a cultura e o ensino como setores que importa passar para a esfera estatal e que terá o seu expoente máximo com a ação política de Pombal. Se na fundação da Biblioteca Joanina, que recentemente um jornal britânico considerou a mais bela biblioteca da Europa, predominam o luxo e ostentação característicos de uma cultura

barroca, não deixa de estar presente também o pressuposto básico de dotar a Universidade de Coimbra de um equipamento essencial para assegurar a inovação científica no ensino universitário português. Ora será esta ideia de inovação que nos anos seguintes se afirmará com Pombal e depois com os estadistas do governo Mariano. Com efeito, com o projeto político e cultural pombalino, que muito ficou a dever às ideias e ação de frei Manuel do Cenáculo, as bibliotecas serão consideradas essenciais para garantir um ensino de qualidade, quer no ensino universitário quer mesmo para os estudos menores. Veja-se a importância que se atribui à biblioteca para os estudantes universitários no *Compendio Histórico da Universidade* e o papel desempenhado por Nicolau Pagliarini na organização das bibliotecas do Colégio dos Nobres e da Biblioteca Real da Ajuda.

COM A SEGUNDA PARTE DA OBRA entramos no cerne do trabalho: A CRIAÇÃO DA REAL BIBLIOTECA PÚBLICA E O PAPEL DOS SEUS INTÉRPRETES, que nos é apresentado de forma cronológica: o arquiteto Manuel da Maia, frei Manuel do Cenáculo, António Ribeiro dos Santos e D. Rodrigo de Sousa Coutinho.

Embora pontual, o contributo do arquiteto responsável pelos planos para a reconstrução de Lisboa é muito significativo. Primeiro pelo cariz pragmático dos planos e pelas ideias que Manuel da Maia apresenta nas suas dissertações. Sobressai a vontade de recuperar a Livraria Real, mas sobretudo a ideia de dotar a Corte e a cidade de Lisboa de uma Biblioteca Pública, à imitação das bibliotecas que havia na Europa e sobretudo em Itália. A exploração destas ideias constitui novidade e, até agora, as mesmas não tinham merecido o devido destaque como sublinha a autora. Ora, esta vontade demonstra como o projeto de criar uma biblioteca pública é um processo contínuo, uma ideia que as nossas elites acalentavam pelo menos desde o grande terramoto.

É sabido que o terramoto de Lisboa destruiu várias bibliotecas na capital, além do caso mais conhecido da Biblioteca Real, e que terá originado depois a doação da biblioteca de Barbosa Machado ao rei D. José, arderam as seguintes bibliotecas: do duque de Lafões, do conde do Vimieiro; a de S. Domingos, a do Espírito Santo da Congregação e a do Dr. João Alvar da Costa. Ficaram praticamente intactas: a de Mafra, a dos Congregados de S. Filipe de Neri nas Necessidades, a do Convento da Graça, a do Convento de Nossa Senhora de Jesus, a do conde da Ericeira, a do marquês de Alorna, unida à do seu irmão D. Francisco de Almeida, a do marquês de Alegrete, as dos Jesuítas, de S. Roque, Santo Antão, e Nazaré de Arroios, a dos Barbosas, a dos Condes e S. Lourenço e Povovilde, a do duque do Cadaval, a dos Teatinos, a do conde do Redondo, bem como muitas outras de parti-

culares como as de Nicolau Francisco, Pedro Mota, e outros. Ficaram todos os papéis da Torre do Tombo (Vaz 2011: 11).

Os efeitos do grande sismo foram devastadores a vários níveis, mas constituíram também uma oportunidade para refazer os edifícios com novas plantas e pôr em execução ideias novas, como bem demonstram as ideias do arquiteto Manuel da Maia também no caso da Biblioteca Pública. Ideias que terão continuidade com o papel desempenhado por Manuel do Cenáculo, no seu tempo de estadista empenhado no projeto cultural e político pombalino em que delineou o projeto de uma grande biblioteca para a Real Mesa Censória. Esse projeto é apresentado num pequeno texto, pequeno nas páginas que ocupa mas grande nas ideias que defende, como a autora sublinha e nós temos defendido em anteriores trabalhos.

Falar de frei Manuel do Cenáculo e do seu papel na criação da biblioteca pública, ganha assim uma nova leitura ao estabelecer as pontes de 1755 a 1796, entre os projetos e ideias de Manuel da Maia, a biblioteca da Real Mesa Censória e a fundação da Real Biblioteca Pública.

A leitura que Luísa Cabral nos dá sobre a ação de Cenáculo é completa, começando por nos «apresentar a formação humanista e universalista», onde podemos incluir a sua formação bibliotecónica, a começar com o contacto que teve desde a juventude com as bibliotecas e o trabalho bibliotecónico. Como recordará mais tarde, com 19 anos foi encarregado da arrumação e limpeza dos livros da Livraria do Convento de Nossa Senhora de Jesus, e relativamente a essa experiência dirá: «e daí tomei lições e forças para ser um fiel servo na casa da sabedoria» (CABRAL 2014, *infra*). Além das viagens e da importante ida e estadia em Roma, que como a autora refere, foi um «verdadeiro *turning point* na vida do jovem franciscano», os livros e as leituras constituíram naturalmente outra fonte importante para formar as ideias e a ação bibliotecónica de Cenáculo.

Sendo um leitor inveterado, como comprovam diversos testemunhos, Cenáculo é também um autor que indica com precisão as suas fontes. Em anterior trabalho tratámos bibliometricamente as *Disposições do Superior Provincial* e o *Apêndice* a esta obra (Vaz 2012: 3-7) e concluímos que, nos projetos e ideias bibliotecónicos, Cenáculo tomou como base três grandes tratados que no século XVIII eram considerados o paradigma da biblioteconomia: a obra de Pierre Le Gallots, *Traité des plus belles bibliothèques de l'Europe* (1680); o tratado do alemão Daniel Georg Morhof, *Polyhistor, sive de auctorum notitia et rerum commentarii* (1747), com quatro capítulos dedicados à biblioteconomia, e o tratado de Johannes Lomeier, *De bibliothecis liber singularis* (1680).

É com base nesta formação múltipla, e podemos dizer continuamente atualizada, com o recurso aos livros e leituras, bem como numa nova pedagogia baseada no discurso iluminista e que apelava à valorização da ciência e conhecimento científico, que Cenáculo desenvolveu os seus projetos bibliotecónicos. E também aqui podemos assinalar a continuidade nas ideias e nos projetos, desde 1755 até a criação da Real Biblioteca Pública e acrescentamos nós até 1805, quando Cenáculo funda a Biblioteca Pública de Évora. O primeiro projeto em que Cenáculo é referido é o da doação da Biblioteca do Abade Barbosa ao rei D. José I, donativo sugerido a Barbosa pelo bispo de Beja. Seguem-se as ações e donativos de Cenáculo em prol da Biblioteca do Convento de Jesus, que se prolongará com muitos sobresaltos até finais de setecentos, o projeto já referido para criar a Biblioteca da Mesa Censória, a criação duma biblioteca eclesiástica em Beja, a criação da Real Biblioteca Pública e, a culminar o seu papel para a biblioteconomia nacional, a fundação da Biblioteca Pública de Évora.

Não é portanto de admirar que a pena do historiador tenha tendência para o elogio fácil, em grande parte por influência da historiografia romântica e depois positivista que não se cansou de elogiar o bispo, falando do «grande Cenáculo». A análise de Luísa Cabral, contudo, segue com rigor milimétrico quer as fontes que comprovam o papel de Cenáculo, quer os estudos, e são muitos como nos revela e sistematiza, que desde o século XIX se têm referido a Cenáculo nas suas múltiplas vertentes de homem político e eclesiástico reformador. A bibliografia «Cenaculana» que suporta a obra é deveras surpreendente.

Voltemos às ideias bibliotecónicas de frei Manuel do Cenáculo para constatar, por um lado, as ruturas com o pensamento tradicional, as continuidades e a atualidade das suas ideias, que estarão presentes na criação da Biblioteca da Mesa Censória e naturalmente na criação da Real Biblioteca Pública. No primeiro caso, o combate à «avareza dos bibliófilos» que colecionavam livros pelo seu valor, como obras de luxo, para aumentar a sua coleção. Desde cedo, como temos sublinhado e como demonstra agora Luísa Cabral, Cenáculo insistirá na abertura das bibliotecas ao público, na necessidade imperiosa de todas as preciosidades que a biblioteca encerra serem colocadas à disposição dos «curiosos». No plano da continuidade a ideia de biblioteca de Manuel do Cenáculo prolonga a tradicional «biblioteca-museu», uma instituição onde estão os livros, mas também a galeria para albergar as coleções museológicas: antiguidades, produtos naturais, mapas, pinturas. Ou seja, um autêntico centro de recursos.

É na abertura dos tesouros da biblioteca ao público e na vontade, expressa nos escassos documentos bibliotecónicos de sua autoria, de

proceder a uma atualização constante das coleções bibliográficas e museológicas, que melhor nos apercebemos do alcance e atualidade das ideias de Manuel do Cenáculo. Quer no texto já referido para a criação da Biblioteca da Mesa Censória, quer posteriormente nos Estatutos da Biblioteca de Évora (1811) essa vontade está bem expressa, prolongando o sonho da biblioteca de Alexandria.

O donativo de frei Manuel do Cenáculo à Real Biblioteca Pública tem de ser encarado, como faz a autora, à luz da época, ou seja, as doações não são gratuitas, procuram benefícios, seja pagamento de tenças ou nomeações para novos cargos, em consonância com a mentalidade clientelar reinante. Tal como aconteceu com o abade Diogo Barbosa Machado, o donativo feito por Cenáculo à Real Biblioteca Pública teve contrapartidas financeiras, o pagamento dos vencimentos pelo exercício do cargo de Presidente do Subsídio Literário. Esta recompensa está explícita no pedido feito na carta que o próprio Cenáculo envia ao Príncipe Regente na altura da doação, em 24 de março de 1797 (vaz 2009: 633-634). Esteve ainda relacionado com a sua nomeação para arcebispo de Évora, em 1803.

Este facto não invalida a importância e o valor do donativo de Cenáculo, como comprova de forma exemplar a correspondência que Cenáculo manteve com um dos seus clientes na Corte, o professor régio de Latim, no Colégio dos Nobres, Joaquim José da Costa Sá. As cartas de Joaquim Sá, que Luísa Cabral apresenta, são elucidativas sobre o espanto que as ofertas bibliográficas e museológicas, enviadas pelo bispo de Beja, provocaram na Corte e na elite lisboeta. Como escreve numa dessas missivas Joaquim Sá «ficaram todos *hiantibus orbibus*; quando viram os preciosísimos tesouros vindos de Beja».

António Ribeiro dos Santos, o grande organizador da Real Biblioteca Pública e da sua coleção inicial, é a personalidade que se segue na análise de Luísa Cabral sobre a fundação e primeiros anos da Real Biblioteca Pública. De facto, como nos diz, a ação biblioteconómica de Santos tem merecido pouco relevo e, no entanto, já Esteves Pereira descreve com por menor o papel de Ribeiro dos Santos e os seus projetos para a Biblioteca da Universidade de Coimbra. Não foi, portanto, por reconhecer a competência do juriconsulto que o cargo de bibliotecário lhe foi atribuído. E, de facto, ele foi o «organizador incansável».

O estudo que Luísa Cabral faz da ação do primeiro bibliotecário, coloca no devido lugar o papel dos vários intervenientes e desmistifica algum exagero da historiografia positivista, que relativamente à fundação da Real Biblioteca Pública, como já sublinhamos, colocou num pedestal o «grande Cenáculo», e deixou na sombra o labor inesgotável de Ribeiro dos Santos.

Bastaria falar aqui da organização dos fundos conservados na Real Mesa Censória, de que Ribeiro dos Santos foi incumbido por portaria de 3 de janeiro de 1795, e do trabalho que teve com a organização dos seus cento e cinquenta códices, para ver o alcance da obra do bibliotecário.

No plano das ideias biblioteconómicas, a ação de Ribeiro dos Santos insere-se no contexto de rutura com o passado, já enunciado no *Compendio Histórico da Universidade de Coimbra*, ou seja, a modernidade que o projeto pombalino encerrava, particularmente nos aspetos de atualização dos saberes e rutura com as velhas práticas de ensino dos Jesuítas. A autora dá-nos uma descrição do labor desse organizador desde que chegou a Lisboa, após a sua nomeação para organizar os fundos da Real Mesa Censória, até ao fim do seu cargo de bibliotecário. Relativamente à dialética sobre o papel de cada um dos intervenientes na criação da Real Biblioteca Pública – Cenáculo e Ribeiro dos Santos –, a conclusão que retira é lúcida e perfeitamente esculpida nas fontes, que nos revelam uma amizade invulgar entre estes dois eruditos, como diz, «a grandeza do trabalho de um está intimamente ligada à inevitabilidade da participação do outro».

Na descrição do percurso que levou à fundação da nossa principal biblioteca, a análise de Luísa Cabral incide também sobre os elementos fundacionais, particularmente o alvará da rainha D. Maria de 29 de fevereiro de 1796, as doações iniciais, que nos permitem deduzir a coleção inicial da biblioteca e sobre o papel de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, ministro do Reino. O alvará é um texto fundamental, marcado pelo discurso característico do iluminismo, e de um poder baseado no absolutismo esclarecido. Nela se anunciam os fins ou missão da instituição e os meios colocados pelo poder à disposição da biblioteca para «os homens a conseguirem a virtuosa sabedoria que constitui a felicidade».

Na descrição da coleção inicial a autora toma como base a obra de Ribeiro dos Santos, *Resumo da Constituição e Estado da Biblioteca de Lisboa*, que lhe permite concluir que a coleção foi criada a partir de três núcleos: os fundos provenientes da Real Mesa Censória, as doações da Casa dos Teatinos e o donativo de frei Manuel do Cenáculo. Sobre este último importa reter que no Diário do Bispo de Beja encontra-se um memorando onde foram meticolosamente anotadas as datas das dez remessas de livros para a Real Biblioteca Pública (vaz 2002: 324).

A transferência dos fundos bibliográficos das casas dos Jesuítas para a Mesa Censória integra-se no contexto da política pombalina e da passagem para a Coroa das casas e restantes bens pertencentes à Companhia. Marca também o início da consciência de que o destino natural dos livros dos

conventos, e demais instituições religiosas e laicas extintas, seria a Real Biblioteca Pública da Corte.

A avaliação quantitativa e qualitativa dos diversos donativos implica estudos bibliométricos das fontes, em particular dos catálogos. Relativamente à avaliação qualitativa, a título de exemplo, as remessas enviadas por frei Manuel do Cenáculo foram objeto de uma divulgação por parte da Biblioteca Nacional de Portugal que realizou, em 2006, uma exposição com alguns dos livros que Cenáculo enviou da «Casa de Beja» e cujo catálogo nos mostra algumas dessas preciosidades bibliográficas, como a Bíblia manuscrita e iluminada do século XII, a primeira edição de *Os Lusíadas* em castelhano, o *Dicionário Histórico e Crítico* de Bayle, entre muitas outras obras de cariz literário e científico (vaz 2012: 18).

A arquitetura do edifício da biblioteca é analisada num plano de continuidade das ideias defendidas nos textos de Manuel da Maia, Manuel do Cenáculo e culminando com o texto de Ribeiro dos Santos sobre a casa da biblioteca. No plano das ideias estéticas, os diferentes discursos confluem num plano de cariz neoclássico, influenciado pela arquitetura das bibliotecas europeias, em especial as de Itália, sobretudo a Casanatense no caso de frei Manuel do Cenáculo.

O estudo da ação de D. Rodrigo de Sousa Coutinho valoriza o trabalho de Luísa Cabral, quer porque o estadista era um *expert* em matéria económica, quer porque nos permite ver como um dos principais políticos e ministros do momento se empenhou na criação de um equipamento científico indispensável para o progresso do Reino. Além de que D. Rodrigo de Sousa Coutinho foi Inspetor da Real Biblioteca, entre 1801-1803 e como Ministro da Fazenda tinha na sua dependência direta a Real Biblioteca Pública. Pela sua formação científica, e também gosto pela bibliografia, como demonstra a sua biblioteca privada, ele influenciou as escolhas bibliográficas de Ribeiro dos Santos e foi o seu principal aliado.

Como conclusão da nossa leitura, resta-nos reiterar o valor da obra de Luísa Cabral para a Biblioteconomia e, tratando-se de um estudo centrado na fundação e primeiros anos da nossa principal biblioteca, esperamos que o seu labor tenha continuação com o aparecimento de novas abordagens e investigações sobre o resto do percurso e História da Biblioteca Nacional de Portugal.

Setembro 2014

FRANCISCO ANTÓNIO LOURENÇO VAZ

Universidade de Évora

Departamento de História

Referências bibliográficas

- CENÁCULO, Manuel do (1776-1794) – *Disposições do Superior provincial para a observancia regular e literaria da congregação da Ordem Terceira de S. Francisco*. Lisboa: Na Regia Officina Typografica.
- VAZ, Francisco (2002) – *Instrução e Economia. As ideias económicas no discurso da Ilustração Portuguesa*. Lisboa: Colibri.
- VAZ, Francisco, coord. (2009) – *Os Livros e as Bibliotecas no Espólio de D. Frei Manuel do Cenáculo*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal.
- VAZ, Francisco (2011) – «A Biblioteca de um Diplomata Português do Século XVIII». In Irene Tomé, Maria Emília Stone, Maria Teresa Santos, coord. – *Olhares Sobre as Mulheres. Homenagem a Zília Osório de Castro*. Lisboa: Centro de Estudos de Sociologia da Universidade Nova. 423-434.
- VAZ, Francisco (2012) – «A Ideia de biblioteca na obra de D. Frei Manuel do Cenáculo». In Filipa Medeiros e outros, coord. – *Acerros patrimoniais: novas perspectivas e abordagens*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola: Fundação para a Ciência e Tecnologia. 78-96.